

A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO PRÉVIO NA PRODUÇÃO DE RESUMOS: UM ESTUDO DE CASOS

ROSILENE STRECKER

(Escola de Especialistas de Aeronáutica - EEAR - Brasil)

MARLENE GURPILHARES

(Universidade de Taubaté-UNITAU-Brasil)

0. Introdução

Este trabalho objetiva detectar uma possível causa da dificuldade encontrada por alunos de graduação na manutenção da fidelidade ao conteúdo de um texto original, quando elaboram resumos.

A investigação foi centrada no estudo do conhecimento prévio do tipo acadêmico, pois pretendia-se verificar se, na produção de resumos, a falta desse conhecimento prejudicaria a fidelidade às informações, levando o produtor do texto-resumo ao uso de inferências não autorizadas pelo texto-fonte.

Sabe-se que há vários tipos de resumo e que essa diversificação se dá, principalmente, de acordo com os objetivos do produtor ou da própria atividade quando é solicitada. Como nossa investigação estava voltada para os alunos de graduação, a escolha do tipo de resumo e do tipo de texto com os quais iríamos trabalhar foi em função desses sujeitos da pesquisa. Escolhemos, então, investigar o resumo do texto científico porque este tipo de texto é bastante usado nos cursos de graduação. Escolhemos também trabalhar o tipo síntese, por ser muito utilizado para resumir textos científicos trabalhados em sala de aula, ou seja, os textos acadêmico-científicos.¹

1. Referencial teórico

Apesar de haver vários tipos de resumo, com definições não muito claras, podemos observar que há um aspecto que norteia todas as idéias sobre o assunto: é a concepção de que resumir é selecionar as informações mais importantes do

texto original. Tratando-se do texto científico, essas informações estão relacionadas às categorias que compõem a sua superestrutura.

Quanto ao resumo do tipo síntese, também chamado resumo informativo ou simplesmente resumo, é uma apresentação concisa e seletiva de um texto-fonte, que põe em destaque os elementos de mais interesse ou de maior importância, sendo redigida por outra pessoa, e não, pelo autor do texto original. É, pois, uma condensação do conteúdo e expõe finalidades, metodologia, resultados e conclusões, dispensando-se a leitura do texto original.

Conhecimento Prévio e Inferência

De acordo com van de Velde (1992), ambos os significados, lingüístico e extralingüístico, devem combinar-se no todo das atividades que resultam a interpretação, pois o texto não é a única fonte de sentido, cujo apoio estaria apenas no léxico e na estrutura sintática. Isso quer dizer que, além do conhecimento lingüístico, possuímos também outros formatos de conhecimento que fornecem informações para a interpretação de um texto.

Adotaremos, então, a denominação "conhecimento prévio" para a informação que deve ser encontrada e adicionada, quando, na interpretação de um texto, uma seqüência de frases nos dá somente uma informação parcial. Em outras palavras, consideramos conhecimento prévio aquele sistema de conhecimentos que estão armazenados na memória do leitor e que são recuperados durante o processo de compreensão de um texto, via inferenciação, sendo adicionados à informação textual. Nessa pesquisa, são utilizados dois tipos de conhecimento prévio:

conhecimento da superestrutura - que é um pré-conhecimento organizado em forma de esquema. Considera-se, para essa análise, que o texto científico é composto das categorias: Problema - Hipótese - Testagem - Conclusão. Estas representam a sua superestrutura; (Gurpilhares, 1992)

conhecimentos acadêmicos - são conhecimentos prévios relacionados ao assunto técnico de um texto acadêmico.

Com relação à inferência, consideramos que é a adição, ao texto, de toda informação nova que não esteja explícita nele. Os processos inferenciais dependem da interação leitor/autor com base no texto. Levando-se em consideração que todo texto possui uma gama de informações implícitas, considera-se que a inferência é parte do processo de compreensão de um texto. Por outro lado, enquanto instrumento que ativa o conhecimento prévio, pode-se afirmar que ela é uma estratégia, como afirma van Dijk (1992).

Inferências não autorizadas

O que mais nos interessa a respeito das inferências é o aspecto da sua aceitabilidade no resumo de um texto científico. Segundo Marcuschi (1984), o leitor, na interpretação de um texto, muitas vezes prende-se mais ao seu próprio ponto de vista, desviando-se da proposta do autor. Marcuschi salienta que é muito importante, para o leitor, a tentativa de extrair as intenções pretendidas pelo autor, porque a inferência é um processo dependente do texto, do contexto de enunciação e do conhecimento prévio do leitor. A compreensão de um texto, segundo ele, não deve ser tida como um simples processo arbitrário, pois isso pode levar a inferências motivadas, mas não autorizadas pelo texto.

Podemos dizer, então, que as inferências não autorizadas seriam aquelas inadequadas ou menos aceitáveis, tomando-se como base o texto. Por outro lado, a aceitabilidade das inferências é bastante dependente do tipo de texto. No científico, por exemplo, devido a uma exigência do próprio contexto em que está inserido (o da ciência), é exigida uma maior fidelidade às informações do texto-fonte, ou seja, é importante que as inferências estejam mais próximas das intenções do autor do trabalho científico.

2. Procedimentos metodológicos e análise dos dados

A pesquisa foi desenvolvida a partir de resumos de um texto acadêmico, elaborados por alunos de graduação dos cursos de Fonoaudiologia e de Letras, da Faculdade Teresa D'Ávila - Lorena - SP - Brasil. Analisando-se as inferências não autorizadas presentes nessas produções, pretendia-se verificar se a falta de conhecimentos acadêmicos interferiam nessas inferências.

Os alunos resumiram o texto de Sírio Possenti (1996) "Sabemos o que os alunos ainda não sabem", o qual chamamos texto-fonte, em uma aula de 50min, em presença do texto original. Este texto, da área de Letras, trata de uma proposta para a elaboração dos planos de ensino da Língua Materna (LM), tendo como "problema" a atitude e parcimônia dos profissionais da educação, de um modo geral, frente ao processo de elaboração e ao conteúdo dos planos de ensino da LM, que têm sido pré-fabricados.

O autor levanta a hipótese de que o que já é sabido não precisa ser ensinado e apresenta, em favor dessa proposta, uma ampla linha argumentativa para a elaboração dos planos de ensino. A idéia principal argumentada por Sírio Possenti consiste em se fazer um programa de ensino da Língua Materna, baseado em um levantamento prévio do conhecimento do alunos, a fim de avaliar o que eles já sabem e o que ainda não sabem (ou o que já aprenderam ou não).

O autor conclui dizendo que deve-se ensinar somente quando os alunos erram, ou seja, ensinar-lhes apenas o que não sabem.

Para esse trabalho, vamos nos deter na análise das inferências não autorizadas presentes no problema e na hipótese dos resumos. Para isso, iremos

confrontar os dois primeiros parágrafos do texto-fonte, em que estão o “problema” e a “hipótese”, com a parte correspondente nos resumos dos alunos.

Texto Fonte

Problema	<p>“De certa forma, tudo o que foi dito anteriormente são apenas coisas óbvias, de bom senso. Mas, talvez o que se vai ver agora seja ainda mais óbvio. Nelson Rodrigues diria que se trata do óbvio ululante. De todas as teses sobre a língua e seu ensino que estou defendendo aqui, a que se segue é a mais evidente de todas e, talvez, a menos praticada. Em relação às outras, bem ou mal, as atitudes, em geral, são um pouco heterogêneas. Mas, em relação aos conteúdos de ensino, parece-me que a atitude dos profissionais dos diversos escalões, desde os das Secretarias de Educação até os professores, passando por coordenadores e diretores, é de “seriedade” e cerimônia tamanha que merece ser desmistificada.</p>
Hipótese	<p>Nos cursos de didática que fazemos nas faculdades ou nos cursos de magistério, aprendemos a elaborar planos de curso, com objetivos, estratégias e quejandos. Na minha opinião, trata-se de trabalho e papelada inúteis. Por isso, vou fornecer aqui uma “receita” óbvia para estipular programas de ensino para língua materna nos diversos anos escolares (com a ressalva de que jamais me refiro à alfabetização, pelo menos nos estágios iniciais - refiro-me, portanto, a programas de português para alunos que já lêem e escrevem minimamente). O princípio é o mais elementar possível. <i>O que já é sabido não precisa ser ensinado.</i>”</p>

Aluno 14F²

Problema	<p>Os professores, orientadores de ensino seguem um padrão tradicional de currículo para a educação de seus alunos.</p>
Hipótese	<p>Alguns criticam esse método alegando que o que já é sabido não precisa ser ensinado.”</p>

O problema do texto-fonte refere-se aos profissionais da educação de um modo geral, mas o aluno infere esses profissionais como sendo apenas os professores e orientadores (veja a parte destacada no “problema” do resumo de 14F). O texto-fonte não autoriza tal inferência, sendo que o autor até enfatiza que a atitude é dos “profissionais do diversos escalões, desde os da Secretarias de Educação até os professores, passando por coordenadores e diretores...”.

É possível que a experiência pessoal do aluno interfira nessa inferência, caso, na sua visão, a equipe de educação seja composta apenas por professores e

orientadores, que são geralmente os profissionais que estão mais evidentes no dia-a-dia das escolas. Devido a isso, é possível que o aluno também não tenha conhecimento de que a elaboração desses programas ou currículos de ensino seja também tarefa dessa equipe, certamente não de professores ou orientadores. Mas como ele provavelmente só conheça esses dois profissionais dentro da equipe, isso faz com que 14F não consiga perceber essa tarefa de elaborar tais programas e, portanto, reproduza incompletamente o problema do texto-fonte.

Inferência não autorizada 1 - inferir “professores e orientadores” de “profissionais da educação de um modo geral”.

Mais uma inferência não autorizada encontra-se na hipótese, que, ao invés de ser vista pelo aluno como uma hipótese levantada pelo autor do texto, Sírio Possenti, é vista como sendo uma crítica de algumas pessoas (veja a parte destacada na hipótese do resumo do aluno). Essa colocação evidencia o desconhecimento, de 14F, de que um determinado objeto de estudo científico é feito por pesquisadores. Essa inferência indevida prejudica a fidelidade ao texto-fonte.

Inferência não autorizada 2 - inferir “uma crítica feita por pessoas indefinidas (alguns)” de “uma proposta de um pesquisador”.

Aluno 6L

Problema	“O que é mais necessário e importante no que se refere à língua e sua prática está sendo deixado de lado. Aprendemos a elaborar planos, mas não o utilizamos, pois são desnecessários.”
Hipótese	Deve-se ensinar aquilo que ainda não sabemos ou que o aluno ainda não sabe.”

A primeira inferência indevida refere-se aos planos de curso que se aprende a fazer. O aluno infere que não são utilizados porque são desnecessários (Veja a parte destacada no problema do resumo do aluno). O texto-fonte não diz que não utilizamos esses planos nem que eles são desnecessários. O que o texto original diz é que estamos usando um plano que deveria ser modificado, daí o autor propor outra forma de elaborá-lo.

Inferência não autorizada 1 - inferir “planos inúteis” de “a elaboração dos planos, da forma que é feita, ser inútil”.

Com relação à hipótese do aluno, podemos observar que é colocada como uma verdade, como um procedimento que deve ser aplicado, e não como uma proposta do autor do texto-fonte, para solução de um problema que ele aponta.

Inferência não autorizada 2 – inferir uma “afirmativa ou verdade” de uma “hipótese, proposta”.

Podemos ver que tanto o “problema” quanto a “hipótese” do texto-fonte não foram reproduzidas com fidelidade neste resumo.

Veja-se agora um trecho do resumo do **aluno 4L**:

“O texto faz uma crítica ao modelo tradicional de ensino. Visa mostrar que existem outras maneiras dos alunos adquirirem conhecimento, sem esse método utilizado ainda hoje.

O novo programa a ser adotado diz que não é preciso voltar aquilo que já se sabe. Que depois da criança ser alfabetizada tem que se trabalhar em cima das dificuldades que a criança apresentar.”

Nota-se que o “problema” não está bem delimitado. O aluno dá a entender que há um problema no modelo tradicional de ensino, mas não diz qual. Já a falta da “hipótese” pode ser explicada por um inferência indevida com relação a essa categoria, que está destacada.

Pode-se observar que o que é, no texto-fonte, uma proposta de Sírio Possenti já é um programa pronto e que será adotado, no ponto de vista do aluno.

Inferência não autorizada – inferir “programa que será adotado” de “proposta de um programa feita por um autor” (hipótese).

Aluno 10F

“O texto de Prossenti Sírio propõem que os professores ao elaborar um plano de curso, considerem a bagagem cultural que a criança traz do mundo.

Os alunos começam a leitura do mundo bem antes de entrar na escola, torna-se então importante trabalhar com *atividades que não sejam repetitivas e desinteressantes*.

Inferências não autorizadas

1) O aluno infere “planos de curso” de “planos de ensino da LM”. Embora o texto-fonte se refira aos planos de curso que se aprende nas escolas, sua proposta é para os planos de ensino da LM para escola como um todo.

2) Infere também “professores” de “profissionais da educação”.

3) Da informação do texto-fonte sobre *o que os alunos já sabem da LM* infere “bagagem cultural que a criança traz do mundo.”

4) E ainda com relação a esta última informação, infere “criança” de “aluno”. - O texto-fonte não trata apenas do ensino da LM para crianças, mas do ensino desta de um modo geral, exceto no período de alfabetização.

5) O texto-fonte não contém a informação de que é importante trabalhar com atividades que não sejam repetitivas.

Podemos notar ainda que o aluno não apresenta nem o “problema” nem a “hipótese do texto original.

3. Resultados e Conclusões

Pode-se ver, nos exemplos apresentados até aqui, que as inferências enfatizadas não são autorizadas pelo texto-fonte e que comprometem o sentido dele. Pode-se notar também que todas se ligam à falta de conhecimentos acadêmicos sobre o assunto do texto original.

Nota-se que a falta de conhecimentos, não especificamente relativos ao ensino da LM, mas ao ensino em geral (ou à área de educação em si) são responsáveis por muitas inferências não autorizadas, que prejudicaram a fidelidade à informação do texto original. Também o desconhecimento das categorias “problema” e “hipótese” parece evidenciar a falta de conhecimento dos alunos com relação à superestrutura do texto científico. É importante ressaltar que o conhecimento da superestrutura desse tipo de texto não deixa de ser também um conhecimento acadêmico muito importante nos cursos de graduação e que a falta dele também contribuiu bastante para que os alunos fizessem inferências não autorizadas pelo texto-fonte.

Podemos, portanto, concluir que *a falta de conhecimento prévio* relativo ao texto acadêmico que foi resumido e também relativo à superestrutura do texto científico são responsáveis pela produção de inferências não autorizadas, o que *prejudica a fidelidade ao texto original* na elaboração de resumos.

Notas

1 Consideramos, nessa pesquisa, “textos acadêmicos” aqueles utilizados nas salas de aula dos cursos de graduação, e que visam a transmitir um saber institucionalizado e/ou uma visão crítica de determinado assunto. Consideramos ainda que constituem umas das modalidades do texto científico, daí a denominação acadêmico-científicos.

2 Identificamos os textos-resumo, ou muitas vezes, o próprio produtor de um determinado texto, pelo número do texto seguido da inicial maiúscula do nome do curso do aluno (Letras ou Fonoaudiologia). Por exemplo, 14F (texto-resumo número 14 do curso de Fonoaudiologia ou o aluno produtor desse texto), 2L (resumo número 2 do curso de Letras ou o aluno que o produziu).

Referências bibliográficas

- van DIJK, T. A. A caminho de um modelo estratégico de processamento de discurso. In: Koch, I. V. (org.) *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992, pp. 9-35.
- GURPILHARES, Marlene S. S. *O resumo do texto científico*. Tese de doutorado pela Puc-SP, 1992.
- MARCUSCHI, L. A. Leitura como processo inferencial num universo cultural Cognitivo. In: *Leitura: teoria e prática*, 5. Pouso Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- POSSENTI, S. Sabemos o que os alunos ainda não sabem?. In: *Porque não ensinar gramática na escola*. Campinas: Mercado Aberto, 1996.
- van de VELDE, R. Text and thinking: on some roles of thinking in text interpretation. Berlim: Gruyter, 1992.